

Reabilitar e repovoar A nova fronteira da habitação social

Na onda da prioridade finalmente consagrada à reabilitação urbana, depois de décadas de desatenção das políticas públicas para o problema, uma viragem histórica foi anunciada pelo Presidente do INH, engenheiro Teixeira Monteiro: o fim de novos bairros sociais, com as operações de realojamento aproveitando as casas devolutas espalhadas pelos centros de todas as cidades.

Com esta nova política podem obter-se importantes benefícios, ajudando a resolver problemas prementes da nossa sociedade. Desde logo, não construir mais bairros sociais, com tendência a constituírem guetos – como tantos dos que foram erguidos no âmbito do PER – desenquadrados dos tecidos urbanos e desprovidos de equipamentos. Mas também revitalizar os cascos consolidados de muitas cidades, hoje sub-ocupados e habitados por uma população envelhecida: segundo aquele responsável, 500 mil fogos devolutos a nível nacional, dos quais 50 mil só em Lisboa. E, ainda, não aumentar o parque habitacional do país, hoje já largamente excedentário para as necessidades da população: 100 mil fogos novos por vender nas periferias das cidades. Mas há mais: com a reutilização dos fogos devolutos, serão reduzidos os percursos casa-trabalho e casa-escola, já que a maior concentração de empregos e a variedade do parque escolar estão nas cidades – isto com importantes benefícios para o ambiente, para a produtividade e para a qualidade de vida.




Prédios inteiros à espera de novos moradores

É no quadro desta nova política que o INH participa no capital social das SRU (sociedades de reabilitação urbana) que têm sido criadas recentemente nas principais cidades, envolvendo-se assim directamente nos vários processos em curso. Além disso, vai lançar o Observatório da Habitação, com a finalidade de avaliar e tornar públicos os diferentes aspectos da nova política agora anunciada; a qual terá, como coroaamento, a criação de uma nova entidade no quadro da anunciada reforma dos Serviços da Administração Central (PRACE): o Instituto Nacional da Habitação e da Reabilitação Urbana, pre-

vendo, além da integração do IGAPHE, a absorção de muitas das competências da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Para o movimento de opinião que vem reclamando, desde há anos, como o tem feito a Pedra & Cal, a urgência de reabilitar em vez de construir de novo, estas notícias não podiam ser mais auspiciosas. É caso para dizer: mais vale tarde do que nunca. Finalmente, existe a vontade política, augurando boas perspectivas para a capacidade da sua concretização.

Todavia, tal concretização exige a criação urgente de instrumentos legislativos, nomeadamente no que se refere à disponibilização a curto prazo das habitações devolutas. As demolições de casas abarracadas de que recentemente foram vítimas muitas famílias não recenseadas no longínquo ano de 1993, no PER, e que ficaram sem tecto, são a prova dessa urgência. A palavra de ordem nas justas acções de protesto que têm promovido, se agora for realmente adoptada pelo governo, têm que ser postas em prática sem delongas: Nem gente sem casas, nem casas sem gente! 

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA,
Arquitecto